

Altamira, 24 de março de 2026

## **Carta Aberta à Sociedade**

### **O Xingu merece crescer com as reais informações do projeto de mineração licenciado para a região**

Meu nome é Adriano Espescht, sou presidente da Belo Sun Mineração. Nesta carta aberta à sociedade eu gostaria de reafirmar claramente que a Consulta Prévia, Livre e Informada aos indígenas foi, sim, realizada conforme determina a Convenção 169 da OIT. Foi um processo acompanhado e validado pelas autoridades em diversos momentos. E, principalmente, foi um processo de consulta livremente vivenciado com a participação e a aprovação, verbalizada e documentada, das populações indígenas situadas em um raio de 10 quilômetros de distância do projeto, como determina a legislação brasileira.

Os documentos emitidos pela FUNAI não deixam dúvidas sobre a posição dos povos Juruna da Terra Paquiçamba e Arara da Volta Grande do Xingu, que afirmam em suas próprias cartas que a consulta foi livre e informada e que concordam em prosseguir com a implantação do projeto e as próximas etapas envolvidas.

Em ofício datado de 15/03/2022, a FUNAI confirmou a carta do povo Juruna da Terra Indígena Paquiçamba na qual os indígenas declaram que o Estudo do Componente Indígena (ECI) foi, nas palavras dos próprios indígenas, realizado "conforme Plano de Trabalho aprovado por nós, incluindo nossas exigências. A consulta foi livre e informada, incluindo a participação de toda a terra indígena, com todas as aldeias, com reuniões preliminares e deliberativas internas, aprovando cada etapa, e cumprindo o que exige o nosso Protocolo de Consulta."

Os Juruna ainda declararam o seguinte: "Aprovamos o estudo final em reunião na comunidade, na presença da Funai, SEMAS (PA), DPU, empresa de consultoria JGP, Belo Sun e os consultores dos indígenas, onde entramos em acordo com a empresa, conforme ata final da reunião. Desejamos dar continuidade ao licenciamento, elaboração do PBAI com especialistas indicados e aprovados por nós." E, de forma contundente, os indígenas documentam: "Reafirmamos que não autorizamos nenhuma organização ou especialista a falar por nós sem antes nos consultar, cumprindo assim o nosso Protocolo de Consulta Juruna (Yudjá)."

Em outro ofício de 23/03/2022, a FUNAI atesta a mesma validade da consulta agora em relação ao povo Arara da Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, afirmando que o Estudo de Componente Indígena foi, nas palavras dos próprios indígenas, realizado "conforme Plano de Trabalho aprovado por nós, incluindo nossas exigências. A consulta foi livre e informada, sem nenhum tipo de pressão ou intimidação, com a participação dos representantes legítimos do povo Arara da VGX [*Volta Grande do Xingu*] de toda a terra indígena e de todas as aldeias, com reuniões informativas por parte da empresa e reuniões deliberativas internas da própria comunidade finalizando na formalização de um acordo com a empresa, aprovando cada etapa e cumprindo e respeitando o que exigimos."

Os indígenas Arara também manifestam o desejo de dar continuidade ao processo, dizendo eles próprios o seguinte: "Aprovamos o estudo final do ECI em reunião na aldeia Terrã Wangã na presença da Funai, SEMAS-PA, empresa de consultoria JGP, Belo Sun e o consultor dos indígenas, onde entramos em acordo com a empresa, conforme ata final da reunião. Desejamos assim dar início à elaboração do nosso PBAI, com especialistas indicados e aprovados por nós." Os Arara concluem: "Reafirmamos que não autorizamos nenhuma organização ou especialista a falar por nós sem antes nos consultar, cumprindo assim o nosso direito de consulta."

Estes documentos representam a voz dos indígenas que realmente residem na área relacionada ao projeto e que foram consultados como determina a lei. Este fato foi reconhecido pela Justiça, que decidiu restabelecer a Licença de Instalação do projeto. O diálogo com os Arara da Volta Grande do Xingu e com os Juruna da Terra Indígena Paquçamba deve prosseguir em direção a soluções dialogadas, como determina a lei.

Acompanho com atenção e respeito o diálogo público. Eu gostaria de lembrar que, em um projeto de mineração, identificar riscos ambientais significa planejamento. É através do entendimento e antecipação dos riscos que se criam as soluções. Observo com preocupação a fixação de ideias sobre riscos – muitos deles simplesmente falsos e inexistentes – como se fossem danos já provocados pelo projeto. Um exemplo simples: o projeto nem vai captar água do rio Xingu para funcionar. Então eu comparo estas manifestações públicas com a engenharia do projeto e pergunto: estão realmente falando sobre o projeto real, que está descrito e documentado, ou estão falando sobre um fantasma?

O diálogo público sobre o projeto aconteceu através das audiências públicas que são parte do processo de licenciamento ambiental e que foram realizadas em

Senador José Porfírio como determina a legislação. E um aspecto me salta aos olhos quando acompanho o retorno que estamos recebendo desde o restabelecimento da Licença de Instalação: a demanda por emprego e oportunidades nas cidades é real. A Belo Sun já recebeu mais de seis mil currículos de pré-candidatos a participar de processos seletivos. São pessoas que querem trabalhar. Mais de 230 empresas da região já se cadastraram como possíveis fornecedores de bens e serviços. Esta demanda não pode ser ignorada.

A sociedade precisa de paz para falar sobre o projeto real. A Belo Sun agradece as centenas de manifestações espontâneas de apoio público declaradas por sindicatos, associações, lideranças comunitárias, professores, servidores públicos, comerciantes e tantos trabalhadores e trabalhadoras. A maioria da população entende que um projeto planejado, estruturado e controlado abre novas oportunidades para a vida de muitas pessoas.

**Adriano Espescht**  
**Presidente Belo Sun Mineração**